



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense
20 a 24 de Outubro de 2019
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

4625 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT11 - Política de Educação Superior

A recente expansão para a democratização do ensino superior no Brasil e suas implicações para a assistência estudantil
Olívia Chaves de Oliveira - UFRRJ - PPGEDUC - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

A recente expansão para a democratização do ensino superior no Brasil e suas implicações para a assistência estudantil

Resumo

Este trabalho tem origem em uma pesquisa qualitativa básica de doutorado, referenciada metodologicamente no materialismo histórico dialético, cujo objetivo é investigar a história da assistência estudantil em uma Instituição Federal de Ensino Superior, apresentando suas ações e concepções políticas para esta assistência a partir das políticas educacionais iniciadas em 1995. As categorias de análise selecionadas são: a assistência estudantil, a expansão e a democratização do ensino superior no Brasil nos últimos vinte anos. Assim, o objetivo geral desse texto é divulgar um extrato inicial da pesquisa, em fase de desenvolvimento, apresentando parte do registro do levantamento bibliográfico e documental sobre a expansão e democratização do ensino superior, visando subsidiar estudos a respeito da temática, oportunizando reflexões a respeito da participação da assistência estudantil, para a permanência dos estudantes na graduação e consequentemente a consolidação da democratização do ensino superior no país.

Palavras-chave: expansão, democratização, assistência estudantil.

O texto destaca a expansão e democratização do ensino superior vividas no Brasil a partir de 1995, como parte de uma pesquisa qualitativa básica, em fase de desenvolvimento no doutorado, que se utiliza de levantamento bibliográfico e documental, e fundamenta suas análises no materialismo histórico dialético. E objetiva investigar a história da assistência estudantil em uma Instituição Federal de Ensino Superior, tomando como referência as ações e as concepções políticas para esta assistência, a partir das políticas educacionais de cunho neoliberais, iniciadas no governo Fernando Henrique Cardoso.

Neste pôster apresentamos um registro de parte das fontes investigadas para aprofundar os estudos, situando-as no bojo da Política Nacional de Assistência Estudantil (Decreto nº 7.234/2010). Privilegiamos em nossas análises, ações de garantia da permanência dos estudantes de origem popular, promovidas pela universidade visando à formação com qualidade.

A democratização e expansão do acesso ao ensino superior, são duas vertentes de ação social que visam em última instância incluir a população historicamente excluída desse nível de escolarização, sem confundir democratização com expansão. A expansão é definida pelo crescimento do sistema de ensino e a democratização como a criação de oportunidades que asseguram o acesso e permanência dos jovens filhos da classe trabalhadora no ensino superior, preferencialmente público (RISTOFF, 2008). Neste estudo levamos em consideração que a história da educação superior em nosso país foi associada, desde o início, ao atendimento das elites e ao tardio reconhecimento da educação como direito.

Assim, “a democratização do acesso à educação superior cumpre um papel relevante quanto à justiça social. Significa atenção às parcelas da população historicamente desassistidas e inviabilizadas ao acesso à educação de nível superior” (BASTIANI & ARBAGE, 2018, p. 137).

A forma utilizada para a promoção dessa expansão e democratização, é a implementação de políticas públicas de cunho social para a educação que, por vezes, são decorrentes da pressão da sociedade civil organizada em movimentos sociais, que entendem ser o acesso ao ensino superior uma ferramenta de ascensão social.

Essas políticas públicas têm sido planejadas e implementadas de acordo com as opções ideológicas assumidas por cada governante a cada mandato, ao longo da história do país. Seu estudo possibilita ao investigador vivenciar e observar períodos de avanço, estagnação e até mesmo de retrocesso.

O início da expansão das universidades no Brasil, data de 1950, associado à crescente industrialização, e à necessidade de formação de mão de obra especializada. Chegar ao ensino superior se tornou, desde então, bandeira de luta da classe trabalhadora e movimentos sociais. A ampliação da oferta de vagas pode ser verificada mais sistematicamente no regime militar. Como apontaram vários autores, dentre os quais destacamos Lessa (2017, p. 160), “de fato, a efetivação da expansão universitária ocorrerá nos anos de 1970, estando relacionada à ditadura militar que a executa por meio de instituições privadas nos grandes centros urbanos”.

A partir dos anos 2000 houve a implementação de políticas relevantes para o tema em análise, das quais destacamos a criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES - Lei nº 10.260/2001) com ampliação em 2010, do Programa Universidade para Todos (PROUNI - Lei nº 11.096/2005), do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI - Decreto nº 6.096/2007), da Universidade Aberta do Brasil (Decreto nº 5.800/2006), a expansão da rede federal de educação profissional (Lei nº 11.892/2008), a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), o Exame Nacional do Ensino Médio e o Sistema de Seleção Unificada.

As políticas citadas acima possibilitaram alcançar dentre outros resultados: o aumento do número de instituições privadas; aumento do número de vagas e matrículas, criação de novos campi e instituições; a diferenciação de cursos, instituições e modalidades de graduação, dentre as quais destacamos a Educação a Distância.

De acordo com documentos elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, em 1995 haviam 210 instituições públicas e 684 privadas e em 2016, os quantitativos passam para 296 instituições públicas e 2.111 privadas. O número de matrículas na graduação no setor público, aumentou significativamente de 700.540 em 1995, para 1.990.078 em 2016. E na rede privada, em 1995 eram 1.059.163 e aumentou para 6.058.623 matrículas em 2016.

As primeiras inserções no tema apontam que a recente expansão do ensino superior no país se deu pela via da privatização com estímulo ao crescimento da rede privada e que a inserção que houve de uma parcela antes excluída, ocorreu através de programas governamentais como o PROUNI e o FIES. Apontam, também que contribuíram mais para o crescimento da rede privada do que para a inclusão social, devido à forma como foram implantados, com a contrapartida do Estado em oferecer isenção fiscal para as instituições privadas no caso do PROUNI e o pagamento de bolsas-mensalidades, no caso do FIES e outros. A esse respeito, Mancebo (2008, p. 64, 65), assim se pronunciou:

Entende-se, pois, que a expansão do acesso ao ensino superior, pelo viés privado, ao contrário de ser incentivada, necessita ser controlada, pois longe de resolver ou de corrigir a distribuição desigual dos bens educacionais, tende a aprofundar as condições históricas de discriminação e de negação do direito à educação superior a que são submetidos os setores populares. A alocação de estudantes pobres nas instituições particulares, mesmo que acompanhada de programas que ofereçam bolsas e sejam gratuitos para os estudantes (como é o caso do ProUni) cristaliza mais ainda a dinâmica de segmentação e diferenciação no sistema escolar, destinando escolas academicamente superiores para os que passarem nos vestibulares das instituições públicas e escolas academicamente mais fracas, salvo exceções, para os pobres.

No setor público a expansão ocasionada pelo REUNI e pela criação dos Institutos Federais, não foi suficiente para sequer a empatar com o crescimento do setor privado. As pesquisas sobre o assunto nos levaram a levantar duas grandes questões.

1- Quais as implicações para a sociedade, desta forma de expansão na oferta de ensino superior? 2- Quais as implicações no setor público,

da expansão promovida pelo REUNI?

A primeira já nos trouxe algumas respostas, amparadas em Sguissardi (2008), a) consolidação da política liberal de Estado mínimo para a população e atendimento dos projetos do capital, que em crise, aproveita todas as oportunidades para a recomposição da classe burguesa; b) certificação em massa e de qualidade questionável; c) dificuldades de regulação do setor privado.

A segunda está sendo respondida com a pesquisa de campo: a) necessidade de contratação de docentes e técnicos, para atender a criação de novos cursos e campi e recompor um quadro de pessoal que já estava defasado há anos, como consequência da política de governos liberais anteriores; b) necessidade de investimentos em infraestrutura, com a construção de novos prédios, salas de aula, laboratórios, aquisição de equipamentos e reforma das instalações já existentes; c) aumento da demanda por atendimento em equipamentos básicos da assistência estudantil, tais como: restaurante universitário e alojamento.

Para atender às necessidades listadas acima é preciso o aumento dos investimentos financeiros. Mas, como fazer isto se grande parte dos recursos são destinados ao setor privado, com a isenção fiscal oferecida? A isenção fiscal diminui a arrecadação do Estado e o valor dos 18% destinados, por lei, à educação.

O processo de democratização do ensino superior brasileiro, especialmente nas universidades federais, envolve necessariamente a inclusão de sujeitos historicamente excluídos desse nível de ensino. E, para que haja justiça social, é preciso assegurar-lhes a permanência, através da criação e implementação de programas e consolidação de políticas que visem reduzir os efeitos das desigualdades sociais no interior das universidades, provocadas pelas condições estruturais da nossa sociedade. Dessa forma será possível permitir que o estudante conclua o seu curso de graduação com sucesso. Lembramos que, a evasão escolar é mais uma forma de exclusão e, portanto, um índice a ser combatido nas Instituições em todos os níveis.

A pesquisa teórica tem demonstrado que os programas que fizeram parte da política para a educação superior no governo Fernando Henrique Cardoso e nos governos Lula da Silva apresentaram novas demandas para a permanência dos estudantes de camadas populares. Para as Universidades e para a sociedade brasileira, estas novas demandas se constituem em grandes desafios para a consolidação e continuidade da democratização da educação neste nível de ensino. Esta pesquisa pretende contribuir na reflexão sobre soluções para superar esses desafios.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Notas Estatísticas: censo da educação superior 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 20/11/2018.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sinopse Estatística da Educação Superior - 1995. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 20/11/2018.

BASTIANI, S. C. de.; ARBAGE, L. A. As políticas para expansão e democratização do acesso à educação superior no cenário brasileiro. **Revista Pedagógica**. V. 20, n. 44, mai/ago. 2018.

LESSA, S. E. do C. Assistência Estudantil brasileira e a experiência da UERJ: entre a inovação e o atraso na atenção ao estudante. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro. 2017, n. 39, v. 15, p. 155 - 175.

MANCEBO, D. Reforma da educação superior: o debate sobre a igualdade do acesso. In: BITTAR, M; OLIVEIRA, J. F. de; MOROSINI, M. (Orgs.). **Educação Superior no Brasil - 10 anos pós-LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

RISTOFF, D. Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização. In: _____. **Educação Superior no Brasil - 10 anos pós-LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set/dez. 2008.